

Relativas livres transparentes em Português: algumas reflexões sintáticas¹

Ana Maria Brito^{1,2}

¹Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, Portugal

²Universidade do Porto, CLUP, Porto, Portugal

Abstract

The goal of this paper is to analyse the syntax of a group of free relatives called “transparent free relatives” (TFR) in European Portuguese. Starting from several properties, we will argue in favour of the hypothesis that the “pivot” of TFR is the *wh* word and not the predicate of the free relative (FR). Such morpheme is the invariable constituent *o que*, the most unspecified of *wh* morphemes in Portuguese. As in all FR, there is a null D (or a D occupied by a determiner) that selects a CP complement, which makes it unnecessary to propose a null antecedent *pro*. In order to explain the invariable and inseparable *o que*, we follow Medeiros Júnior (2016), for whom this morpheme is the result of reanalysis in Contemporary European Portuguese. We also develop the idea that they always involve a small clause expressed by a copulative verb, mainly *ser* ‘to be’, they are therefore predicative and they are, most of the times, indefinite, but they also may contain a definite expression, as already argued for Portuguese by Ferreira (2007).

Keywords: transparent free relatives, free relatives, *wh* movement, reanalysis of *o que*, indefinite expression, definite expression.

Palavras-chave: relativas livres transparentes, relativas livres, movimento Q, reanálise de *o que*, expressão indefinida, expressão definida.

1. Introdução

Como é sabido, as relativas livres (em inglês “free relatives”) distinguem-se das relativas com antecedente (em inglês “headed relatives”) por serem iniciadas por um morfema Q e não comportarem antecedente (cf. Brito, 1991, Mória, 1996, Veloso, 2013, Mioto & Lobo, 2016, Matos & Brito, 2018, Brito & Matos, 2018).

No conjunto das relativas livres (RL) há um grupo – as relativas livres transparentes (RLT) – que foram objeto de estudo por vários autores, de que se destacam Wilder (1998), Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), Grosu (2003), Grosu (2014), Riemsdijk (2007). Em português foram analisadas por Ferreira (2007), que lhes dedica cinquenta páginas da sua dissertação de mestrado, e que constitui, cremos, o primeiro estudo sistemático deste tópico para o Português. Mais recentemente, tal construção foi brevemente analisada em Brito & Matos (2018), sem que as autoras tivessem tido conhecimento desse primeiro estudo.

O objetivo do presente trabalho é analisar a sintaxe das RLT em Português Europeu. O texto está organizado da seguinte maneira. Depois da Introdução, em 2. referimos algumas propriedades que têm sido apontadas às relativas livres transparentes de modo a justificar que o seu “pivot” é o constituinte predicado. Desse modo, em 3., damos conta de algumas análises baseadas na ideia de que o constituinte “pivot” das RLT é o constituinte predicado e que as RLT são inseridas ou parentéticas. A partir de 4. apresentamos um conjunto de propriedades que põe em causa esses tratamentos: a (im)possibilidade de paráfrase por uma frase simples, a sua natureza predicativa e o uso do verbo *ser*, a natureza semântica da expressão nominal associada às relativas livres transparentes e outras propriedades que nos permitirão mostrar que o “pivot” das RLT é o morfema Q. Nessa altura estamos em condições de discutir a sua sintaxe, nomeadamente a natureza do constituinte *o que* (ponto 5.). Em 6. apresentamos conclusões e finalmente damos conta das referências bibliográficas.

¹Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no XXXV ENAPL, que teve lugar em Braga em outubro de 2019. Por diversas razões a comunicação não foi publicada, tendo sido de novo apresentada em português no XXXVII Encontro Nacional da APL, que teve lugar online a 28 e 29 outubro de 2021. Foi igualmente apresentada em inglês no Workshop COPULAS ACROSS AND WITHIN ROMANCE LANGUAGES, COROLA, realizado na U. Alcalá de Henares, a 16 de outubro de 2019 e no 54th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea (SLE), que decorreu de 30 de agosto a 3 de setembro de 2021 online. Agradeço aos revisores e ao público dos eventos os comentários e as sugestões que permitiram melhorar o presente texto.



2. Propriedades das relativas livres transparentes que parecem apontar para que o predicado da relativa seja o seu “pivot”

As RLT exibem um conjunto de propriedades que, pelo menos à primeira vista, as distinguem de outras relativas livres.

(i) **Supressão da oração relativa e paráfrase com oração simples:** a oração relativa pode ser suprimida, permitindo uma paráfrase com uma frase simples, com o constituinte a seguir ao verbo predicativo a pertencer a essa frase simples, como indicado em (1b) para (1a):²

(1a) Havia o que parecia ser *um avião* na autoestrada.

(1b) Havia [_{SN}*um avião*] na autoestrada.

(ii) **Diversidade categorial do predicado:** embora o constituinte no predicado da oração relativa livre transparente seja em geral uma expressão nominal (em (1a) *um avião*), outras categorias podem ser encontradas (SADJ, SPREP); vejam-se os exemplos (2) e (3), de Ferreira (2007):³

(2a) Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz desnorteado.

(2b) O cão estava [SADJdesnorteado]

(3a) Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz sem norte.

(3b) O cão estava [SPsem norte]

Vemos que a natureza categorial do constituinte destacado nas frases simples é a mesma do constituinte que é selecionado pelo predicado superior e isso seria mais um motivo para a designação de “transparente”.

(iii) **Concordância em número com o constituinte predicado:** outra das propriedades avançadas para as RLT é a possibilidade de ter concordância plural, em conformidade com o número do constituinte predicado da frase matriz, o que poderia indicar que esse constituinte é o “pivot” da construção:

(4a) O que parecia **serem** aviões privados estavam na autoestrada.

Contudo, como assinala Ferreira (2007) para o Português, o singular pode também estar presente numa RLT:

(4b) O que parecia **ser** aviões privados estavam na autoestrada.

E por isso conclui: “as orações relativas em análise parecem não apresentar efeitos de transparência em termos de número.” Por essa razão, voltaremos adiante ao problema da concordância.

(iv) **Insensibilidade a “ilhas”:** outra propriedade que tem sido notada é a insensibilidade a efeitos de “ilha”, ao contrário do que acontece na maioria das RL (damos aqui um exemplo em inglês, (5b), considerado gramatical pelos autores; ver adiante o ponto 4):⁴

(5a) John is what you might call angry about something.

‘O João está o que se pode dizer zangado com alguma coisa.’

(5b) What is John what you might call angry about?⁵

o que está João o que se pode dizer zangado com

²Como veremos adiante, algumas destas paráfrases dão uma ideia enganadora e por isso este tipo de conceção tem de ser repensado. Ver ponto 3.

³Grosu (2014) foi um dos autores que notou que outras categorias poderiam surgir, para além do SN. Vejam-se os seus exemplos em Inglês:

(ia) He made what may appear to be a radically new proposal (...).

(ib) He made a radically new proposal.

(iia) He made an uninspired and what I’d describe as catastrophic decision.

(iib) He made an uninspired and catastrophic decision.

⁴Brito e Duarte (2003) notam que as relativas livres constituem em geral uma ilha ao movimento (ver em particular p. 679).

⁵Nalguns exemplos mais distantes do português usaremos glosas; na maioria haverá, no entanto, apenas a tradução. Nos exemplos agramaticais na língua de origem não apresentaremos, como é costume, a tradução.



‘Com o que é que o João se pode dizer zangado?’
(Schelfhout, Coppen & Oostdijk, 2003)

Sintetizando, há uma série de fatores que poderiam justificar uma análise segundo a qual uma RLT é inserida ou parentética: "transparência", no sentido em que a oração relativa pode ser parcialmente suprimida; existência de um "pivot" que parece ser o predicado da frase matriz; associação a múltiplas categorias; possibilidade de concordância em número plural com o predicado da oração relativa; "invisibilidade" a fenómenos de extração de constituintes.

É neste sentido que foram propostas duas análises que apresentaremos no ponto seguinte.

3. Algumas análises a favor de que as relativas livres transparentes são inseridas ou parentéticas

Com base nas propriedades acima enunciadas, Wilder (1998) e Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) propuseram que uma RLT é o resultado de uma inserção da RLT seguida de supressão do constituinte retomado na oração principal (a *backward deletion*), como descrito em (6b):

- (6a) John bought a banjo.
‘O João comprou um banjo.’
(6b) John bought [what he took to be ~~a banjo~~] a banjo.
‘O João comprou o que ele tomou como um banjo’

Wilder (1998) considera que aquilo que designa o “content chernel”, o núcleo do conteúdo, e que outros autores chamam o “pivot” da RLT, é o que determina a propriedade de número de toda a construção.⁶

Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) desenvolvem estas reflexões e argumentam que o constituinte nuclear da RLT está na frase matriz e isso explicaria o número e as características das RLT. A oração relativa é um pré-modificador do núcleo; mas esse pré-modificador é parentético:

- (7) John bought [_{par} what he took to be e] a banjo.

Para explicar a existência de uma categoria vazia na oração relativa, os autores consideram que tal acontece também nas construções parentéticas em geral:

- (8) I don't think, Jones said, that this would be a good idea.
‘Eu não penso, disse o Jones, que isso seja uma boa ideia.’
(9) There came, you will never guess, how many people to the party.
‘Vieram, não vais adivinhar, quantas pessoas para a festa.’
(Schelfhout, Coppen & Oostdijk, 2003).

De qualquer modo, os autores assinalam que este tipo de construção pode ocorrer em posições mais variadas do que as notadas por Wilder; nessas condições pode envolver elipse ou até um pronome como *one* ouso em Inglês ou *zoem* Neerlandês (10):

- (10a) What John called a banjo is lying on my desk.
‘O que John chamou de banjo está na minha mesa.’
(10b) A banjo is lying on my desk, or (at least) what John called *one*.
‘Um banjo está na minha mesa, ou pelo menos o que o João chamou um.’
(10c) Er ligt wat Jan noemt een unike banjo op mijn desk.
‘Está o que o João chamou um banjo, na minha mesa.’
(10d) Er ligt een unieke banjo op mijn bureau, of althans wat Jan *zo* / * *0* noemt.
ele está um banjo em minha mesa ou o que João tal / *0* chamou
‘Está um banjo na minha mesa ou o que o João chamou assim’.

Ferreira (2007), para o Português, embora reconheça que há algum paralelismo entre o carácter “acessório” das RLT e das estruturas parentéticas em geral, como em (11), não adota este tipo de análise:

⁶ Tanto Wilder (1998) como Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) referem também a propriedade de indefinidade como propriedade própria das RLT, mas sobre isso falaremos na parte 4.



(11) Havia, digamos, um avião na autoestrada.

A reflexão de Ferreira é correta, pois este tipo de construção não tem as propriedades sintáticas, semânticas e prosódicas das estruturas parentéticas. Rejeitando quer uma análise por inserção e elipse quer uma análise por estrutura parentética, Ferreira propõe que as RLT em Português têm a estrutura de uma relativa livre obtida por Movimento Q, têm um antecedente nulo, na linha de Brito (1991) e Mória (1996), embora deixe em aberto o aprofundamento da sintaxe destas construções.

Vamos ver em seguida outras propriedades sintáticas e semânticas que, ainda que as façam distinguir de outros tipos de relativas livres, não justificam tomar o predicado da oração relativa como o “pivot” da construção, permitindo, pelo contrário, argumentar a favor da tese de que o “pivot” das RLT é o morfema Q.

4. Algumas propriedades que apontam para que o “pivot” seja o morfema Q

(i) Paráfrase entre frase simples e frase com uma RLT e a questão do “pivot”

Como acabámos de ver, as análises anteriormente apresentadas das RLT repousam sobre algumas propriedades que têm de ser repensadas. Assim, uma das questões cruciais é a paráfrase entre uma RLT e uma frase sem essa relativa e apenas com o constituinte no predicado.

Grosu (2003, 2014) reconhece que grande parte das paráfrases fornecidas em análises anteriores para sustentar a proposta de que o “pivot” da RLT é um constituinte da frase matriz e não o morfema *whé* adequada. Veja-se (12a), exemplo adaptado de Grosu (2014):

(12a) Ele está a comer o que eles eufemisticamente chamaram um bife.

(12b) Ele comeu um bife, pelo menos, eles chamaramum bife.

No entanto, o autor mostra que nem todas as paráfrases com um constituinte simples dão bons resultados; logo, o que é sentido como “pivot” não o é na verdade (adaptamos para Português alguns dos seus exemplos).

(13a) Ele está a comer o que não poderá ser um bife.

(13b) # Ele está a comer um bife; mas não poderá ser um bife.

(13b) não é uma paráfrase adequada de (13a), por isso em (13a) o “pivot” não é “um bife”.

Outro exemplo:

(14a) Andando no escuro tropecei no que parecia ser a Mary; mas era afinal o cão do vizinho.

(14b) # Andando no escuro tropecei na Mary; pelo menos pareceu-me a Mary.

Como esclarece Grosu, esta segunda paráfrase não é adequada por duas razões: i) não quer dizer que o sujeito tenha tropeçado na Mary; ii) o comentário em b) é apositivo enquanto nada no interior da RLT tem carácter apositivo.

Do mesmo modo, a paráfrase em (15b), que se relaciona com uma modalização sobre uma expressão universalmente quantificada, não é adequada para o exemplo (15a) (Grosu, 2014):

(15a) Ela estava a conversar com o que parecia serem todas as pessoas da festa, mas afinal eram algumas apenas.

(15b) # Ela estava a conversar com todas as pessoas da festa; pelo menos assim parecia.

Com base em argumentos deste tipo, Grosu propõe que o chamado “pivot” tem de ser construído com os índices do operador intensional que afeta a relativa; não apenas da parte NP mas também do D / Q, como mostra a inadequação de certas paráfrases.⁷

(ii) A natureza predicativa das RLT e o uso do verbo *ser*

⁷Grosu acrescenta: o chamado “pivot” nem sempre determina a força determinativa / quantificacional da RLT, pois esta tem de ser invariavelmente indefinida; algumas das paráfrases inadequadas mostram que “o pivot” não determina automaticamente o conteúdo predicativo da RLT; às vezes coincide, quando ambos são indefinidos, mas pode não ser, como em alguns dos exemplos acima apresentados (Grosu, 2014).



Como vemos pelos exemplos já apresentados, as RLT envolvem sempre uma predicação, quer com um V copulativo/ predicativo quer com um V transitivo - predicativo (*chamar, descrever como* ou outros); quer dizer, envolvem uma “oração pequena”, numa predicação primária ou secundária. E é por isso que mantemos a ideia de que as RLT são sempre predicativas.⁸

Coloca-se então aqui a questão do verbo predicativo selecionado no interior da RLT. Como se sabe, em Português e em Espanhol há distinção entre dois verbos copulativos *ser* e *estar*. Vemos que o verbo copulativo nas RLT, quando não é um predicado introdutor de predicação secundária, é sempre *ser*, a cópula não marcada, a cópula por defeito (Brucart, 2012), isto é, a que introduz predicados de indivíduo e não a que introduz predicados de estádio, *estar*, mesmo que o verbo superior seja *estar*, como podemos observar em (16) e (17):

(16a) O João estava [o que parecia ser / * estar bêbedo].

(16b) O João estava bêbedo.

(17a) A Maria está [o que parece ser / * estar grávida].

(17b) A Maria está grávida.

Esta escolha explica-se porque, na realidade, em (16a) e em (17a) a seleção relevante não é entre *o João ... bêbedo; a Maria ... grávida* (como o é nas frases simples e nas paráfrases correspondentes (16b, 17b). A relação sintática e semântica relevante aqui é entre *o que* (ou um operador *wh* nulo equivalente) e *ser*, o que mostra que o “pivot” da RLT é *o que*, independentemente da natureza semântica do predicado da frase matriz.

Sendo assim, quer a análise defendida por Wilder (1998) quer a análise defendida por Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), para as quais a RLT é inserida e em que o “pivot” da RLT é o constituinte que segue o verbo predicativo (nos casos de (16) e (17) os adjetivos *bêbedo e grávida*) têm de ser rejeitadas.

Como já estamos a sugerir, o “pivot” da RLT é o sujeito da oração pequena é sempre o morfema Q, em Português o morfema *o que* (ou um operador *wh* nulo equivalente), um constituinte subespecificado, sem traços semânticos [+hum] ou [+anim] e que pode remeter para diferentes categorias, explicando desde já o caráter multicategorial da expressão predicativa contida na RLT e que referimos em 1.

E é por isso que a subespecificação de *o que*, juntamente com a relação de identificação de conteúdo entre o seu vestígio, o morfema *o que* e o constituinte na frase matriz permitem o que Grosu (2014) chama o “canal de transparência” que tem permitido a alguns autores identificarem erradamente o “pivot” da RLT como o constituinte superior e não como o morfema *o que*.

Com esta ideia em mente avançamos agora para a discussão acerca da natureza definida ou indefinida da expressão nominal associada à RLT.

(iii) Interpretação preferencialmente indefinida

A interpretação das RLT é tipicamente a indefinida (veja-se (1), aqui repetido), diferindo das relativas livres “standard”, que ou têm interpretação definida, como em (18), ou universal, como em (19):

(1) Havia o que parecia ser um avião na autoestrada.

(18) Conheço quem chegou.

(19) Detesto quem diz mentiras.

Riemsdijk (2007) foi um dos autores que destacou este aspeto das RLT, mostrando que, se houver um V do tipo *there to be*, ‘haver’, as frases são agramaticais com definido⁹ e só são gramaticais com indefinido; veja-se de novo o exemplo (1) aqui renumerado como (20a):¹⁰

⁸Ferreira (2007), a partir da observação de que as RLT podem ocupar não só posições argumentais como posições não argumentais, considera que há relativas livres transparentes predicativas e não predicativas (p. 113). Concordamos que as RLT não ocupam todas a mesma posição e têm, relativamente ao predicado superior, diferente estatuto, mas discordamos parcialmente da autora, pois o que está em causa não é a posição última da RLT mas a sua natureza interna. Assim, defenderemos ao longo do texto que todas as RLT são predicativas.

⁹O efeito de definitude não parece ser tão forte em Português como o é em Inglês. No entanto, a possibilidade de DPs definidos em construções com *there to be* em Inglês é notada por diversos autores se houver uma interpretação de lista. (cf., entre outros, Reuland & ter Meulen, 1987).

¹⁰A impossibilidade do sufixo *-ever* neste tipo de construção mostra que a leitura universal, tantas vezes presente em RL, é impossível aqui (cf. Riemsdijk, 2007):

(i) *There was whatever appeared a jet on the free way.



- (20a) Havia o que parecia ser um avião na autoestrada.
- (20b) * Havia o que parecia ser o avião na autoestrada.
- (20c) Havia um avião na autoestrada.
- (20d) * Havia o avião na autoestrada.

Este comportamento mostraria, para o linguista, que as RLT constituem um tipo à parte de relativas livres. Contudo, Ferreira (2007), para o Português, mostra que nem sempre o carácter indefinido da RLT é encontrado e dá alguns contextos com RLT definidas:

(i) Com uma definitude “epistémica”, como em (21):

(21) A fotografia não está nítida. O que me parecia, à primeira vista, a ministra da Educação era afinal uma das suas assessoras.

(ii) Com expressões nominais associadas a uma “modalização metalinguística”, como em (22):

(22) Estão aqui o que podemos considerar “os documentos cruciais para o processo”.

(iii) Com “expressões nominais com superlativos”, como em (23):

(23) O que parecia ser o edifício mais mal construído de todo o bairro revelou-se afinal um verdadeiro *bunker*.

Para confirmar a ideia de Ferreira (2007) de que pode haver RLT associadas a uma expressão definida, fizemos uma procura no *CetemPúblico*, solicitando ao sistema que nos procurasse construções com “o que parece ser” e “o que parecia ser”.

Essa procura permitiu confirmar que, para além dos contextos referidos por Ferreira, há vários enunciados com expressões nominais definidas, sobretudo se contiverem adjetivos avaliativos, complementos e modificadores a seguir a nomes. Eis sete dos enunciados encontrados com expressões definidas.

- (24) *par=ext109352-clt-94a-1*: Esta última surge acompanhada por meia centena de magníficos desenhos preparatórios, que mostram **o que parece ser** a recuperação da metodologia e do conceito clássicos.
- (25) *par=ext141921-eco-92b-1*: Não há aqui uma contradição com **o que parece ser** a lógica do accionista maioritário da Cimpor?
- (26) *par=ext237136-clt-soc-93a-1*: Astrónomos europeus descobriram **o que parece ser** o quasar duplo mais brilhante alguma vez observado, segundo anunciou um comunicado do European Southern Observatory (ESO), citado pela France Presse.
- (27) *par=ext132082-pol-94a-2*: E **o que parecia ser** o principal obstáculo da candidatura de Ahtisaari, tornou-se o maior trunfo dos social-democratas: apresentar um homem que não tem imagem partidária e cujos cargos internacionais lhe deram prestígio
- (28) *par=ext146782-clt-98a-1*: Fotografias recentes feitas pela sonda Mars Global Surveyor, em órbita em redor do planeta, revelaram **o que parece ser** o leito de um rio seco no fundo de um desfiladeiro com 2,5 quilómetros de largura, denominado Nandedi Vallis, situado na região de Xanthe Terra, perto do equador marciano.
- (29) *par=ext642842-pol-96a-1*: A música de ambiente que se ouvia nos túneis lembrava Vangelis nos seus melhores dias, embalando-me para **o que parecia ser** a vergonhosa experiência de adormecer num lugar público (veio a acontecer, horas mais tarde, no chão da estação de comboios de Barcelona, com um saco de viagem a servir de almofada).
- (30) *par=ext699167-nd-91b-1*: As acusações de Anita Hill podem ter comprometido seriamente **o que parecia ser** o resultado garantido da votação no Senado de confirmação da nomeação de Clarence Thomas.

Podemos então concluir, com Ferreira (2007), que “as relativas transparentes do português admitem, pelo menos em certos contextos, a associação a sintagmas nominais definidos e de forma mais ou menos livre a associação a sintagmas nominais indefinidos.”



(iv) Presença de operador modal

Este tipo de relativa livre surge frequentemente associada a um “operador modal discursivo” (Ferreira, 2007): ou o *V parecer* ou modificadores intensionais, seja adjetivais, como *alegado*, *presumível*, seja adverbiais (*alegadamente*, *presumivelmente*) (cf. também Riemsdijk, 2007):¹¹

(31) Serviram-me o que alegadamente se poderia chamar um bife.

Grosu (2014) defende que as RLT são sempre indefinidas e que precisam da presença de um operador intensional, as suas duas *raisons d'être*. Ora, se há RLT associadas a expressões definidas e com a presença de um operador modal / intensional então a relação entre essas duas propriedades semânticas não é tão forte como parece.¹²

(v) Presença de um morfema *wh* subespecificado

Neste tipo de relativas só pode ser usado um constituinte Q do tipo de *o que* em Português, *what*, em Inglês, *ce que* em Francês, *ceeace* em Romeno, *was* em Alemão, *ma-she* em Hebreu. Tal constituinte pode mesmo referir-se a humanos (Riemsdijk, 2007; Ferreira, 2007), como em (32a), o que em Português é explicado pelo facto de este morfema ser subespecificado e ter preferencialmente um valor predicativo:

(32a) Ela contactou com o que eu tomei por um polícia para ficar de noite na entrada da casa.

(32b) * Ela contactou com quem eu tomei por um polícia para ficar de noite na entrada da casa.

(vi) Presença de expressões idiomáticas

Riemsdijk (2007) aponta como uma propriedade das relativas livres transparentes o facto de poderem conter na parte predicativa uma expressão idiomática, diferindo de uma RL normal, que faria perder o sentido idiomático. Os exemplos ilustrativos são (33), em que (33a) contém uma RLT e (33b) uma RL *standard*:

(33a) Nick_i lost what according to the dictionary are called his_i marbles.

‘Nick perdeu o que de acordo com o dicionário se podem chamar as estribeiras.’

(33b) * Nick_i lost what his_i marbles cost in the store.

Nick perdeu o que suas estribeiras custaram em o armazém

Apesar de os dados em Inglês apontados pelo autor levarem a uma distinção entre RL *standard* e RLT, o que parece estar aqui em causa é a composicionalidade das expressões idiomáticas. O exemplo (33b) é agramatical em Inglês por se perder tal composicionalidade e não pelo facto de a construção não ser um RLT. Note-se que (33a), na sua tradução em português, língua que tem igualmente como expressão idiomática *perder as estribeiras*, é gramatical porque o contexto criado permitiu uma definição metalinguística (“de acordo com o dicionário se podem chamar as estribeiras”). Mas (33c) é agramatical, apesar de conter uma RLT:

(33c) *Nick perdeu o que alegadamente são as estribeiras.

¹¹‘Intensional’ está aqui a ser usado no sentido de Kamp (1975) de modificadores de propriedades; ver também Demonte (1999) sobre adjetivos intensionais.

¹²Ficam, portanto, fora das RLT outras relativas livres envolvendo expressões definidas sem qualquer operador modal, como no exemplo (ia) e ainda em (ic) e (id):

(ia) A Catarina trabalha no que é o Museu da Fotografia.

(ib) A Catarina trabalha no Museu da Fotografia.

(ic) A Catarina trabalha no que era um dia a Cadeira da Relação, mas agora é o Museu da Fotografia.

(id) A Catarina trabalha no que é agora o Museu da Fotografia, mas era um dia a Cadeira da Relação.

À primeira vista, a frase (ia), tendo como paráfrase (b) parece conter uma RLT. Contudo, (ia) contém uma RL que aqui mais não é do que uma forma de focalização. (ic) e (id) podem constituir outras paráfrases, mas tal só é possível com a presença de operadores temporais do tipo *um dia*, *agora* e, como resultado, o que temos em (ii) são frases equativas e não predicativas:

(iia) O Museu da Fotografia é o que no passado foi a Cadeira da Relação.

(iib) A Cadeira da Relação é o que no presente é o Museu da Fotografia.

Quer dizer, frases como (ia) contém uma RL, mas tal RL não exhibe as propriedades das RLT que temos vindo a analisar. Sobre este tipo de construção ver Grosu (2014).



(vii) Presença de anáforas ligadas

Outra das propriedades apresentadas por Riemsdijk para as RLT é a possibilidade de presença de anáforas ligadas, como em (34a), diferindo das relativas livres, típicas, como em (34b), com base nos seguintes contrastes em Inglês:

- (34a) They_i live in what is often referred to as each other's_i backyard.
eles_i vivem em o que é frequentemente chamado [um do outro_i] pátio
'Eles vivem no que é frequentemente chamado o (próprio) pátio'
(34b) *They_i live in what Fred uses each other's_i backyard for.
eles_i vivem em que Fred usa [um do outro]_i pátio

De novo, os exemplos do Inglês escolhidos por Riemsdijk para fundamentar a sua proposta de que uma anáfora não pode ser usada numa relativa livre *standard* e de que pode ser usada numa RLT não são facilmente transpostos para outras línguas, porque, pelo menos em Português, a anáfora *um do outro / um ao outro* é lexicalmente muito restringida e, como mostra a tradução dos exemplos (34), o seu uso seria aqui pouco aceitável, mesmo numa RLT.

Os exemplos correspondentes a (34a) e a (34b) seriam ambos aceitáveis com possessivos expressos ou nulos, ou *próprio*, co-referentes com o sujeito matriz:

- (35a) Eles_i vivem no que parece ser o (seu)_i pátio / o próprio pátio. (RLT)
(35b) Eles_i vivem no que é o (seu)_i pátio / o próprio pátio. (RL)

(viii) Coordenação de constituintes(di)semelhantes

Para Riemsdijk, uma RL *standard* começada por *what* em inglês (que vale como um DP) só pode ser coordenada com um DP, como no exemplo (36), de acordo com a condição geral sobre coordenação de constituintes:

- (36a) He dislikes trains and what the government proposes to replace them with.
ele não gosta (de) comboios e o que o governo propõe para substituir eles por
'Ele não gosta de comboios nem do que o governo propõe para os substituir.'

Se houver coordenação envolvendo uma RLT, o predicado contido na oração encaixada tem de condizer com a natureza categorial do primeiro membro coordenado; por isso, (36b), que combina um DP e uma RLT que tem como predicado um adjetivo, é agramatical em Inglês:

- (36b) *He dislikes trains and what I consider inconvenient.
ele não gosta (de) comboios e o que eu considero inconveniente

Por sua vez, a RLT (36c) é bem formada porque se está a coordenar um DP e uma oração começada por *what* que contém um predicado nominal:

- (36c) He dislikes trains and what I consider an equally inconvenient alternative.
'Ele não gosta de comboios nem do que eu considero uma alternativa igualmente inconveniente.'

Em Português este comportamento não é similar, pois toda a oração relativa livre começada por *o que* parece ter propriedades nominais e, por isso, quer exemplos como (37a) quer exemplos como (37b) são gramaticais: o que se está a coordenar são constituintes da mesma natureza gramatical:

- (37a) Ele não gosta nem de comboios nem do que (aleadamente) são meios de transporte coletivos.
(37b) Ele não gosta nem de comboios nem do que é (aleadamente) rápido.

Esta propriedade relaciona-se com a diversidade categorial da expressão no predicado da oração relativa, tema já apresentado em 1. O que importa aqui é frisar que a oração relativa livre iniciada por *o que* tem sempre propriedades nominais, independentemente da natureza categorial do predicado.

Interessa então estudar com algum detalhe a estrutura sintática das RLT.



5. Análise sintática das RLT

5.1 A posição do morfema Q nas relativas livres e a estrutura da construção

Como se sabe, uma relativa livre não tem um antecedente expresso, pelo que tem havido diferentes propostas acerca da sua sintaxe, em particular acerca da posição ocupada pelo morfema Q.

Bresnan e Grimshaw (1978) defenderam a chamada *head hypothesis*, segundo a qual o constituinte *wh* pertence à frase superior e a sua posição não é, portanto, obtida por Movimento Q; uma frase como (38) teria a estrutura (39) (adotando já a hipótese DP de Abney, 1987), sendo a interpretação assegurada pela supressão de um pronome controlado:

- (38) What you have finished reading is interesting.
'O que tu acabaste de ler é interessante.'
(39) [TP [DP [DP what_i]] [CP you have finished reading [e_i]]]]

Por sua vez, Groos&Riemsdijk (1981), defenderam a *COMP Hypothesis*, segundo a qual o constituinte *wh* está em CP, em termos atuais, no especificador de CP, por movimento Q. A adopção de uma tal análise levou a propor que a relativa livre tem um antecedente nulo (Brito, 1991; Mória, 1996; Ferreira, 2007; Matos & Brito, 2018; Brito & Matos 2018, para o Português):

- (40) [TP [DP [DP e]] [CP what_i you have finished reading [t_i]]].....]

Mas sempre constituiu um desafio perceber a razão pela qual o morfema Q parece pertencer às duas frases envolvidas, a frase matriz e a frase encaixada. Daí que Riemsdijk (2007), um dos estudos mais completos sobre relativas livres e também sobre relativas livres transparentes, tenha proposto uma análise sintática “por enxerto” (*grafting analysis*), na qual o morfema *wh* é partilhado pela frase matriz e pela relativa livre, numa concepção de sintaxe multidimensional, que tem sido objeto de algumas críticas. Assim, para Riemsdijk (2007), o morfema *what*, no exemplo (41a), é simultaneamente pertença da frase mais alta e pertença da frase mais baixa. (41b) descreve, nesta perspetiva, a estrutura de (41a):

- (41a) John ate what Mary cooked.
'O João comeu o que a Maria cozinhou'
(41b)
- ```
IP
 / \
Spec VP
 | /\
John V DP
 | |
 ate whati

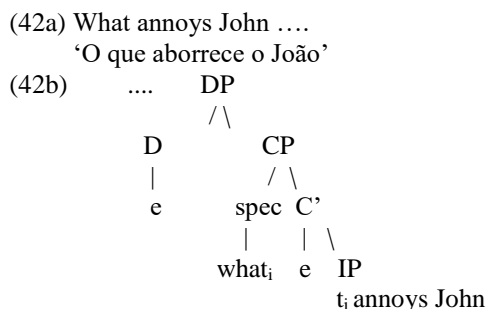
 Spec, CP Mary cooked ei
 | |
 Spec VP
 | |
 \ /
 IP
 / \
 \ /
 CP
```

Em (41b) o DP argumento interno de *ate* é também o argumento interno de *cooked*, sugerindo a ideia de enxerto, um *grafting*, em que a frase mais alta é a base, o “stock”, aquilo que é enxertado é o enxerto (“grift” ou “scion”) e o constituinte partilhado é o “calo” (“callus”). Riemsdijk argumenta a favor deste tipo de análise para as relativas livres em geral por várias ordens de razões, uma das quais é a conformidade categorial e casual do morfema *wh* nas relativas livres em várias línguas, assunto que, pela sua extensão, deixarei para outra ocasião.

Para outros autores, nomeadamente Brito (1991) e Mória (1992) para o Português, as RL têm um antecedente DP não expresso, um *pro* nulo. Transpondo essa análise para a hipótese DP, dir-se-ia que haveria um DP nulo. Mas a parte lexical desse DP seria sempre inexistente. Por isso, no quadro do Programa Minimalista, Alexiadou *et al.* (2000), Copinogro (2002) para o Italiano, Medeiros Júnior (2016) para o Português e muitos outros autores, aceitando a hipótese DP de Abney (1987), contestam a existência de um



nível NP. Assim, numa relativa livre, CP seria diretamente dominado por DP e selecionado por um D nulo ou silencioso; veja-se a estrutura (42b) para (42a):



Ora é esta análise que se propõe para as RL em geral. No caso do Português, existindo um constituinte *o que* invariável que inicia a RLT, há que justificar também a sua forma.

## 5.2 A natureza de *o que*

Como temos estado a ver, o constituinte Q das RLT é sempre *o que*, um constituinte não especificado em termos semânticos em Português e que permite relacionar-se com uma categoria nominal, adjetival, preposicional ou outra.

Este morfema é muito interessante, pois em Português há dois constituintes *o que* em relativas livres, um variável e outro invariável. Para perceber a natureza de *o que*, é importante perceber o seu comportamento relativamente às preposições.

Nas relativas “semi-livres” (43), com *o que* variável, a separação entre *o* e *que* por uma preposição é gramatical (Brito & Duarte, 2003), porque o determinante pertence ao antecedente:<sup>13</sup>

(43) Já li **o / a / os / as de que** me falaste (referindo, por exemplo, livros)

Com *o que* invariável é impossível ocorrer uma preposição entre as duas partes do constituinte; veja-se a agramaticalidade de (44):

(44) \*Admiro **o de que** estás convencido.

Assim sendo, o que invariável parece ser uma unidade, como quem, como, onde, etc.<sup>14</sup>

E se este *o que* for afinal o resultado de reanálise de dois morfemas *o* e *que*, que se “fundiram” num só? Esta é a proposta de Medeiros Júnior (2016) para o que relativo e de Matos & Brito (2018) para o que interrogativo.

Medeiros Júnior (2016), estudando o percurso diacrónico do morfema relativo, percebeu que, no século XVI, uma preposição pode ainda ocorrer entre *o* e *que* (invariável):

(45) “(...) nisto seguirei **o de que sou notado** entre eles.” (Couto, século XVI)

Simplificando para já as estruturas, a estrutura “antiga” em (45) é (46a), mas no PE Contemporâneo a estrutura com *o que* tanto pode ser (46a) (nas relativas semi-livres), como (46b), nas relativas de *o que* invariável:<sup>15</sup>

<sup>13</sup>Mariana Silva, na sua dissertação de Mestrado em Linguística defendida a 2 de novembro de 2021, já depois da apresentação desta comunicação na Associação Portuguesa de Linguística, em outubro de 2021, adota esta análise para as relativas livres e para as relativas “semi-livres”, que designa de “relativas com antecedentes parcialmente realizados”, segundo a qual há um D (preenchido por D ou por um Quantificador) que seleciona diretamente CP (Silva, 2021).

<sup>14</sup>Como notam Matos e Brito (2018) a análise de *o que* interrogativo como núcleo, como palavra, tem sido proposta por diversos autores, tanto em interrogativas independentes como em subordinadas, pelo facto de comutar com *que*: (i) *O que fizeste?* / *Que fizeste?* (ii) *Perguntei o que fizeste* / *Perguntei que fizeste*. Nas relativas livres tal comutação é, contudo, impossível: (iii) \**Aprecio que fizeste* / *Aprecio o que fizeste*, o que poderia sugerir uma análise distinta dos dois constituintes. No entanto, apesar de num caso existir um CP (interrogativas subordinadas) e noutro caso existir um DP (relativas livres), defenderei a natureza de núcleo de ambos os constituintes. Para explicar a diferença entre eles, e desenvolvendo Brito (1991) e Matos e Brito (2018), defenderei que, dada a natureza de *que* complementador, parece operar sobre *que* (relativo) um requisito de identificação de conteúdo, que é assegurado pela expressão nominal antecedente (nas relativas com antecedente) e pela presença de “o” (em relativas livres).

<sup>15</sup> Medeiros Júnior (2016) propõe que a estrutura dominante no PB atual é (46b), com *o que* já reanalisado, já que frases do tipo de (45) não são nunca encontradas em PB.





Voltando agora a dois fenómenos que caracterizam as RLT: a concordância e a insensibilidade a ilhas. Dissemos em 1. que nas RLT pode notar-se em Português uma alternância de número; recordem-se os exemplos em (4), aqui renumerados como (51):

(51a) O que parecia **serem** aviões privados estavam na autoestrada.

Como já referimos acima, Ferreira (2007) assinala que em Português o singular pode também estar presente:

(51b) O que parecia **ser** aviões privados estavam na autoestrada.

Na verdade, estas duas possibilidades têm de ser vistas, por um lado, à luz do que se passa nas construções predicativas, como mostra (51c), com uma forma verbal plural a concordar com o constituinte em posição pós-verbal:

(51c) São aviões privados / \* É aviões privados.

Por outro lado, a concordância no singular explica-se em (50b) pois a construção, como estamos a ver, resulta de uma elevação de o que desde a sua posição básica até à posição de sujeito de uma frase (complexa), desencadeando o singular. Como assinala Raposo (2020), “a concordância verbal determinada pela locução invariável o que é sempre de 3ª pessoa do singular.”

Quer dizer, a alternância singular / plural em RLT é explicada em Português, pois o verbo predicativo tanto pode concordar com o constituinte na posição pós-verbal quer com o sujeito pré-verbal da oração, como resultado do seu movimento.

Regresse-se igualmente aos dados de extração de constituinte a partir da RLT. Como Ferreira (2007) mostrou, este tipo de construção permite o Movimento Q, ilustrado em (51b), revelando que a RLT não é uma “ilha” ao movimento:

(52a) O governo está a apoiar o que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

(52b) Os guerrilheiros [contra os quais]<sub>i</sub> o governo está a apoiar [o que parece ser uma ofensiva coordenada [-]<sub>i</sub>] pertencem à etnia curda.  
(Ferreira, 2007)

Ferreira mostra, além disso, que certas relativas com antecedente expresso de tipo pronominal também não são ilhas fortes, como o exemplo (53b) ilustra (os exs. são da autora, p 139):

(53a) O governo está a apoiar *aquilo* que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

(53b) Os guerrilheiros [contra os quais]<sub>i</sub> o governo está a apoiar *aquilo* que parece ser uma ofensiva coordenada [-]<sub>i</sub> pertencem à etnia curda.  
(Ferreira, 2007)

Os dados mostram que uma RLT e a sua correspondente com antecedente com o pronome *aquilo* não constituem uma barreira ao movimento, exibindo insensibilidade a efeitos de “ilha”, ao contrário do que acontece na maioria das RL; isso está certamente relacionado com o facto de serem predicativas, de conterem uma “oração pequena”.<sup>22</sup>

## 6. Conclusões

<sup>22</sup>Telmo Mória (1992) foi o primeiro estudioso a notar que há um certo tipo de construções que se assemelham a RL e que não são ilhas para o movimento:

- (ia) Estes são alguns dos livros que<sub>i</sub> eu não tenho [a quem]<sub>j</sub> dar - <sub>i</sub> - <sub>j</sub>] (retomado por Ferreira, 2007).
- (ib) Estes são alguns dos livros que eu não tenho onde pôr.
- (ic) Estes são alguns dos livros que eu ainda não consegui a quem dar.

O autor sugere que tal se deve à natureza de “smallclause” destas construções e defende mesmo que estas não são “relativas livres infinitivas”, como lhes chama Brito (1991). Quer dizer, a natureza de “oração pequena” é crucial para a aceitação destes exemplos. Na linha de Ferreira (2007), cremos que é também esse o caso das RLT.



Analisadas algumas propriedades semânticas e sintáticas das RLT, podemos confirmar que são relativas livres, mas a conjugação de vários fatores faz parecer que são especiais e “transparentes”, uma conclusão idêntica à de Grosu (2003, 2014) para várias línguas e de Ferreira (2007), no seu estudo pioneiro sobre este tipo de construção em Português.

(i) Uma RLT pode ser suprimida, permitindo uma paráfrase com uma frase simples, com o constituinte a seguir ao verbo predicativo a pertencer a essa frase, tendo justificado, por parte de certos autores, a ideia de que tal expressão (nominal ou de outra categoria) é o “pivot” da construção. No entanto, e seguindo muito de perto Grosu (2003, 2014), mostrámos que, se há paráfrases com frases simples aceitáveis e que dão ideia de que o “pivot” é o constituinte a seguir ao verbo predicativo, outras frases não o permitem, revelando que o “pivot” é sempre o morfema Q.

(ii) As RLT são predicativas, no sentido em que comportam uma oração pequena, uma “small clause”. O V predicativo por excelência é em Português o verbo *ser*, a cópula não marcada, independentemente da natureza semântica do predicado da frase superior, o que impede qualquer análise do tipo de inserção da RLT, na linha de Wilder (1998) ou de Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003). Com efeito, se a RLT fosse inserida, não se explicaria a escolha de *ser*, mesmo quando o predicado da RLT é um predicado de estádio; a escolha de *ser* justifica-se porque a relação sintática e semanticamente relevante é entre *ser* e o morfema Q, o sujeito da “small clause”, o verdadeiro “pivot” das RLT (e que acaba por se mover para uma posição superior).

(iii) Seguindo esta linha de pensamento, mostrámos que certas propriedades apontadas por um grande estudioso de relativas livres, Riemsdijk, para fundamentar a sua análise de que as RLT são distintas das RL – concordância, distribuição de anáforas, expressões idiomáticas, coordenação de constituintes dissemelhantes – não são relevantes para o Português. Assim sendo, confirmámos que o “pivot” das RLT é o morfema Q.<sup>23</sup>

(iv) as RLT mais prototípicas são indefinidas; a indefinidade parece estar preferencialmente associada à presença de um operador modal (*parecer*) ou intensional (*alegado*, *alegadamente*). Contudo, seguindo Ferreira (2007) para o Português, vimos que há algumas RLT que surgem associadas a expressões definidas. Uma procura no *corpus* do *CetemPúblico* confirmou essa existência. Esta possibilidade tem consequências do ponto de vista da interface sintaxe-semântica: em certas condições contextuais, um operador modal / intensional pode surgir associado a uma expressão nominal definida.

(v) Do ponto de vista sintático, como em todas as RL, um D nulo (ou ocupado por um D) seleciona diretamente um complemento CP, não sendo necessário postular um antecedente *pro* nulo.

(vi) O morfema Q contido na RLT é o morfema invariável *o que*, o mais subespecificado dos morfemas Q, razão pela qual pode referir-se a uma expressão nominal com os traços [+/- humano] ou [+/- animado] e pode relacionar-se com constituintes de várias categorias.

(vii) Para dar conta da natureza do morfema invariável e inseparável de *o que*, que surge nas relativas livres, seguimos Medeiros Júnior (2016), para o qual tal morfema é o resultado de reanálise em PE contemporâneo: *o* é projetado em D e a palavra *que*, estando em C e sendo um núcleo e clítico, move-se para D, formando um constituinte que, para todos os efeitos, constitui uma unidade, um morfema Q (*o que*).

## 7. Referências

- Abney, Steven (1987) *The English noun phrase and its sentential aspect*. Ph.D. dissertation, MIT.
- Alexiadou, Artemis *et al* (2000) Introduction. In Artemis Alexiadou *et al*. *The syntax of Relative Clauses*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-51.
- Bresnan, Joan & Grimshaw, Jane (1978) The syntax of Free Relatives in English. *Linguistic Inquiry* 9, pp. 331-391.
- Brito, Ana Maria (1991) *A sintaxe das orações relativas em Português*. Estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Brito, Ana Maria & Matos, Gabriela (2018) Relativas livres e interrogativas parciais: como Óscar Lopes viu algumas destas construções. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 13, pp. 29-56.
- Cecchetto, Carlo & Donati, Caterina (2010) On labeling: Principle C and head movement, *Syntax*, DOI 10.1111/j.1467-9612.2010.00140.x
- Cecchetto, Carlo & Donati, Caterina (2015) *(Re)labeling*, Linguistic Inquiry Monographs, MIT Press.

<sup>23</sup> Ferreira (2007) não teve acesso ao trabalho de Riemsdijk (2007), pelo que certas propriedades referidas pelo autor para caracterizar as RLT não são discutidas na sua dissertação (em particular, a distribuição de anáforas, as expressões idiomáticas, a coordenação de constituintes dissemelhantes).



- Coponigro, Ivano (2002). Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In Vida Samiian (ed.) *Proceedings of the Western Conference on Linguistics*, 2000, Fresno: California State University.
- Demonte, Violeta (1999) El adjetivo: Clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol. I, pp. 129-215 Madrid: Espasa.
- Ferreira, Sílvia A. (2007) *Sobre a função e a forma de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente exposto do Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Grosu, Alexander (2003) A unified theory of 'standard' and 'transparent' free relatives. *Natural Language and Linguistic Theory* 21: 2, pp. 247-331.
- Grosu, Alexander (2014) Transparent free relatives: two challenges for the grafting approach. In Anna Bondaruk, Gréte Dalmi, G. & Alexander Grosu, A. (eds.), *Advances in the Syntax of DPs: Structure, agreement, and case*, John Benjamins, pp. 295-317.
- Kamp, Hans (1975) Two theories of adjectives. In Eduard Keenan (ed.) *Formal Semantics of Natural Language*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 123-155
- Konrad, I. (2019) At the crossroads between (semi-)free relatives and indirect questions in French. In Ingo Feldhausen, Martin Elsig, Imme Kuchenbrandt & Mareike Neuhaus (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 15: Selected papers from 'Going Romance' 30*, Frankfurt. Também disponível em: <https://doi.org/10.1075/rllt.15.04kon>
- Matos, Gabriela & Brito, Ana Maria (2018) «Relativas livres e interrogativas parciais: paralelos e diferenças», *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, Nº 4 – 09/2018, pp. 152-167; <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a38>
- Medeiros Júnior, Paulo (2016) From [o [que]] to [o que] in Brazilian Portuguese Free relatives: a Diachronic View. In Mary Kato & Francisco Ordóñez (eds.) *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*, Oxford, pp. 308-331.
- Mioto, Carlos & Lobo, Maria (2016) Wh movement: interrogatives, relatives and clefts. In W. Leo Wetzels, Sergio Menuzzi & João Costa (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley-Blackwell, pp. 275-293.
- Móia, Telmo (1996) A sintaxe das orações relativas sem antecedente exposto do Português. In Anabela Gonçalves, Madalena Colaço, Matilde Miguel & Telmo Móia, *Quatro estudos em sintaxe do Português. Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 149-188.
- Postal, Paul (1966). On so-called pronouns in English. In David Reibel & Sanford A. Schane (eds.), *Modern studies in English*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, pp. 201-223.
- Reuland, Eric & ter Meulen, Alice (1987) (eds.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Mass. The MIT Press.
- Riemsdijk, Henk van (2007). Free Relatives. In Martin Everaert & Henk van Riemsdijk (eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, Blackwell, pp. 338-382.
- Schelfhout, Carla, Coppens, Peter-Arno & Oostdijk, Nelleke (2003). Transparent free relatives. In *Proceedings of Console XII*: pp. 1-10.
- Silva, Mariana (2021) *Orações relativas com antecedentes quantitativos em Português Europeu. Análise sintática das sequências "tudo quanto" e "todos quantos"*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Veloso, Rita (2013). Subordinação relativa. In E. P. Raposo, F. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura & A. Mendes (ed.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II, pp. 2061-2134.

